DECRETO Nº1.769, DE 13 DE AGOSTO DE 2014

Declara de Utilidade Pública, para fins de Desapropriação, imóvel rural que especifica.

O Prefeito Municipal de Carneirinho, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº3.365, de 21 de junho de 1941 e amparado no art. 98, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Para fins de desapropriação, mediante acordo ou judicialmente, fica declarado de utilidade pública o imóvel rural, situado neste Município, de propriedade de Júlia Glasiela Beralda Meira, abaixo descrito, dentro das seguintes divisas e confrontações:

Área: 00,0451 hectares (451,00 m2)

Proprietária: Júlia Glasiela Beralda Meira

Divisas e Confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro em um marco situado na divisa da rodovia municipal Realino Alves de Oliveira, segue com esta confrontação, com o rumo 328° 03' 12" NW em 31,78 metros; Deflete à direita, segue confrontando com terras de propriedade de Silvio Luiz de Oliveira e Outros, com o rumo 89° 37´ 31´´ NE em 30,23 m; Deflete à direita, segue confrontando com o remanescente de Julia Glasiela Beralda Meira, com o rumo 32° 29´ 10´´ SW em 35,51 metros, até o marco inicial da descrição deste perímetro.

Matrícula nº:30.573 – SRI de Iturama/MG

Art. 2º - Ficam as autoridades administrativas do expropriante autorizadas a penetrarem no imóvel compreendido na declaração de utilidade pública, nos termos e para fins do art. 7º, do Decreto-Lei 3.365/41.

Parágrafo Único – A área declarada de utilidade pública, mencionada no artigo anterior, será destinada a construção de um anel viário no Distrito de São Sebastião do Pontal, nos termos do Art. 2º da Lei nº1.272 de 08 de julho de 2014, razão pela qual a desapropriação se dará por necessidade pública.

Art. 3º - Nos termos do artigo 15, do Decreto-Lei nº3.365/41, fica invocado o caráter de urgência no processo de desapropriação amigável ou judicial, para a imissão do expropriante na posse do imóvel abrangido por este Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes com execução deste Decreto correrão a conta de verba própria consignada no orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Carneirinho, 13 de agosto de 2014.

Publique-se, registre-se e arquive-se.

Willian Martins Maia
Prefeito Municipal

Registrado no livro próprio, publicado por afixação no local de costume nesta Prefeitura, na data supra.

Neide Ferreira de Souza
Assessora de Gabinete I